

# Orçamento

12 DEZ 1988

# com déficit

GAZETA MERCANTIL

por Cláudia Saffioti  
de Brasília

A aprovação do Orçamento Geral da União (OGU) pelo plenário do Congresso Nacional e do novo salário mínimo pelo plenário da Câmara dos Deputados, por votação simbólica, na sexta-feira, foram dois duros golpes que o Poder Legislativo deu na proposta do Executivo de criar um pequeno superávit fiscal, de 0,07% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1989.

Cálculos preliminares indicam que, em lugar de um superávit fiscal imaginado para o ano que vem, com as decisões adotadas pelo Parlamento na sexta-feira o setor público deverá operar com um déficit operacional entre 1,5 e 2% do PIB, colocando por terra o projeto do presidente José Sarney de entregar seu governo ao novo presidente eleito no ano que vem com a "casa arrumada".

"Foi uma catástrofe", observou uma qualificada fonte da equipe econômica do governo, ao tomar conhecimento das duas votações do Congresso Nacional. O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, na manhã de sexta-feira, manifestou preocupação com os efeitos

do novo orçamento fiscal — que reduziu substancialmente os desembolsos dos estados e municípios para o pagamento da dívida externa e compensou essa decisão com cortes equivalentes nas operações de crédito do Tesouro Nacional para a agricultura e as exportações.

A tarde, ao tomar conhecimento da aprovação, pela Câmara dos Deputados, de um salário mínimo de CZ\$ 64.020,00 a partir de janeiro, com crescimento real mês a mês de 5% a partir de fevereiro até dezembro de 1989, o ministro desabafou: "Essa recuperação de salário mínimo é incompatível com as possibilidades da economia. Pode ser um engodo e o resultado poderá ser mais inflação e desemprego. O novo piso nacional de salário pode ser um bumerangue lançado pelo Congresso Nacional e que cairá sobre a cabeça do trabalhador".

O novo piso salarial também pressionará as contas da Previdência Social, que, com o reajuste imediato dos benefícios com o novo salário mínimo, poderia passar de uma situação de déficit nulo para um "buraco" de aproximadamente 1,5% do PIB em 1989.

(Ver página 3)